

## **Sindicalismo no meio rural: entre a militância sindical e a participação em processos eleitorais (2008-2012)<sup>1</sup>**

Carlos Antonio Ferreira Nogueira<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo consiste em uma análise das relações envolvendo sindicalistas e candidatos a cargos eletivos nos pleitos eleitorais de 2008, 2010 e 2012. Com base na abordagem chamada sociologia relacional e processual, cujo fim é atentar para as formas de inter-relação e interdependência estabelecidas entre agentes e/ou organizações fundadas ao longo de um espaço temporal e desenvolvida, principalmente, por Norbert Elias (1994; 2005) e mais recentemente em trabalhos empíricos de Eduardo Cesar Marques (1999; 2006) e Marcelo Kunrath Silva (2006). Assim, este trabalho visa captar, a partir de entrevistas coletadas e comparadas, os padrões de relacionamento entre estes agentes sociais (sindicalistas e políticos), bem como analisar as mudanças e permanências, ao longo de parte da história do sindicato investigado, feito a partir das memórias do sindicalista entrevistado, nas demandas e nas formas de atuar daquela organização - um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, situado no pequeno município de Aracoiaba (Ceará). Enquanto procedimento analítico, buscou-se identificar, nas entrevistas coletadas, a rede de contatos estabelecidas e acionadas pelos sindicalistas, o seu capital social (BOURDIEU, 1980), onde constatou-se a existência de aproximações entre estes agentes integrantes de instituições diferentes (partidos e sindicatos) em momentos de eleições para cargos eletivos, principalmente, para prefeito, vereador, deputado federal e estadual. Faz-se necessário observar que, assumir a existência de vínculos entre sindicato e partidos políticos não é, em geral, atitude comum, já que ao se estabelecer este tipo de relação, corre-se o risco de, com ela, comprometer a independência e a autonomia sindical elemento de alto valor para seus integrantes, no entanto, não é isso que ocorre neste caso estudado, em que, parte da diretoria é filiada ao Partido dos Trabalhadores e apoiou candidatos deste partido ou que se coligaram com este mesmo partido. A aproximação leva ao entrevistado, a chamar de "interlocutores", os políticos eleitos e apoiados por eles, apesar de em certos momentos reconhecer os limites desta representação. Com isso, a partir dos achados tem-se a possibilidade de se discutir categorias da sociologia relacional voltadas para os estudos que envolvem a relação entre Estado e sociedade civil (não mais analisadas como instâncias separadas, mas contínuas, porosas, fluidas) tais como trânsito e permeabilidade institucional, já que o integrante entrevistado justifica tal aproximação pela afinidade com o partido, o que nos leva a discussão da categoria: homofilia, a ideia de que semelhantes se relacionam.

**Palavras-chaves:** Sindicalismo, Partidos Políticos, Eleições

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido a partir de trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Ciências Sociais - curso de Ciências Sociais - da Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulado "Sindicalistas rurais: militância sindical e participação na política partidária", defendido em 02 de agosto de 2013 sob orientação do Professor Doutor Jakson Alves de Aquino, a quem agradeço.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará.

## **Abstract**

This article is an analysis of relationships involving union members and candidates for elected office in the elections 2008, 2010 and 2012. Based on the approach called relational sociology and procedure, whose purpose is to consider the forms of interrelation and interdependence established between agents and / or organizations founded along a timeline and developed mainly by Norbert Elias (1994, 2005) and more recently in empirical work of Cesar Eduardo Marques ( 1999, 2006) and Kunrath Marcelo Silva (2006 ). Thus, this work aims to capture, from interviews collected and compared the patterns of relationship among these social agents (trade unionists and politicians), as well as analyze the changes and continuities over part of the history of the union investigated, made from memories unionist interviewee, the demands and ways of acting that organization - a union of rural workers, located in the small town of Aracoiaba ( Ceará ). While analytical procedure we attempted to identify in the interviews collected , the network of contacts established and driven by trade unionists, its capital (Bourdieu, 1980), where it was found that there are similarities between these agents members of different institutions (parties and unions) in times of elections for public office, especially for mayor, alderman, congressman and state . It is necessary to note that, assuming the existence of links between unions and political parties is not generally common attitude, as if to establish this kind of relationship, one runs the risk with it compromise the independence union autonomy element of high value to its members, however, this is not what happens in this case study, in which the board of directors is affiliated with the Workers' Party and supported candidates of this party or coalescing with this same party. The approach leads to the respondent to call "partners", elected politicians and supported by them, although at times recognize the limits of representation. Thus, from the findings is the possibility of discussing categories of relational sociology focused on studies involving the relationship between state and civil society (no longer analyzed as separate instances, but continuous, porous, fluid) such as transit institutional and permeability, since the integral respondent justifies such an approach by affinity with the party, which leads us to the discussion of the category: homophily , the idea that similar relate.

**Keywords:** Unionism; Political Parties; Elections.

## **1. Introdução**

Estudar os padrões de relacionamento entre sindicalistas e partidos políticos é o objetivo geral deste artigo que pretende, a partir disso, desenvolver hipóteses explicativas capazes de justificar por quais motivos essa relação de proximidade ocorre. De maneira mais específica desenvolveu-se estudos empíricos com sindicalistas rurais de um pequeno município do interior cearense (Aracoiaba) no intuito de identificar como estes atores sociais explicam ou justificam a relação de proximidade que eles

desenvolvem com partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), não se pode ainda deixar de comentar que esses mesmos sindicalistas são filiados a este partido, transitam facilmente entre a instituição partidária e sindical da qual integram, prova disso é fato de que o sindicalista entrevistado chega a considerar os deputados para os quais já fizeram campanha de “interlocutores”.

Antes, é preciso advertir que a proximidade entre sindicatos ou movimento operário e partidos políticos não é algo raro e aqui não se está a estabelecer juízo de valor, caráter de cooptação, aética ou corrupção nesta relação. O objetivo aqui, como afirmado acima, é o de estabelecer encontrar padrões de relacionamento entre sindicatos e partidos, bem como meios explicativos para tal aproximação.

Diga-se ainda que já em Marx e Engels (2001) encontramos formas desenvolvidas por eles para aparelhar ideologicamente a classe trabalhadora numa mobilização política de uma classe econômica com vistas a uma transformação social, por meio da atividade partidária, ou seja, a relação de que estamos falando não já foi, no mínimo incentivado. Contudo, para nosso caso específico, a proximidade com o partido não tem caráter de revolução.

O estranhar dessa relação de proximidade que procuro analisar vincula-se ao fato de que, em geral, sindicalistas podem em muitos momentos se verem obrigados a esconder, negar ou omitir esta relação partidos-sindicato, não que a mesma seja ilegal, mas no intuito de demonstrar que a instituição a que pertencem, integram ou dirigem possui independência, autonomia e liberdade, que poderiam ser postos em xeque por alguém sob a acusação de que a mesma possa significar o risco de uma possível ingerência do partido ao qual estão próximos. Mas na pesquisa realizada, a relação com o PT não foi negada nem omitida em momento algum.

Em termos teóricos utilizou-se para esta pesquisa a chamada sociologia relacional, cujo fim é poder ser útil nos estudos que envolvem a relação entre os diversos atores sociais e/ou instituições atentando para os vínculos que surgem das relações sociais. Com esta prática conseguiremos, nesta pesquisa em especial, perceber como os sindicalistas, a partir de seus contatos, acionam seu capital social (BOURDIEU, 1980), possibilitando ter acesso a políticos, participar de processos eleitorais e mobilizar votos para candidatos a cargos eletivos.

Também buscou-se analisar o sentido da produção sociológica sobre sindicalismo no Brasil. As pesquisas tratam, de modo geral, de dividir a história sindical

em duas abordagens: as da ruptura e as das continuidades, tendo como referência o antes e o depois de 1964, a partir do que eles classificam o “novo” e o “velho” sindicalismo.

A pesquisa se desenvolveu a partir de entrevistas realizadas por meio de um formulário e de um roteiro de perguntas semiestruturado com sindicalistas rurais respondido pelos sindicalistas rurais, na entrevista procurou-se estabelecer certo ar de informalidade no intuito de deixar à vontade o entrevistado.

Mas, além desses procedimentos metodológicos tomados, faz-se necessário observar que o sindicato que analiso e a cidade que descrevo, fazem parte de minhas memórias e experiências pessoais, por isso mesmo, participo de suas tramas sociais, estou inserido em meio a estruturas sociais diversas e desenvolvo relações com os mais diversos atores, além do fato de que já era de conhecimento prévio a relação existente entre sindicato, o PT e candidatos a cargos eletivos filiados ou coligados a este partido. O que pretendo afirmar com isso é que também integro o meio que aqui descrevo, e que ao descrevê-lo também é como descrever algo sobre mim – relacionada à minha vivência e experiência neste local -, por isso mesmo, a neutralidade axiológica, para se utilizar de uma expressão de Max Weber (1992) pode em alguns momentos falhar, diante de sua empregabilidade quase impossível, já que não deixa de ser um tipo-ideal weberiano.

## **2. Brevíssimas notas sobre sindicalismo**

Para este trabalho se está considerando sindicato a partir da conceituação elaborada por D’Araújo (1990), ao considerar que ele “se define por sua base socioeconômica assentada no vínculo das atividades profissionais” e continua, “sua agenda pode incluir pontos que variam do mais puro assistencialismo a reivindicações políticas, mas sua base social permanece definida, independentemente da ideologia adotada” (p. 197).

Os estudos envolvendo o tema no Brasil tendem a se desenvolver com base no autores consideram como ruptura ou continuidade de práticas sindicais (SANTANA, 1999). Os adeptos da perspectiva da ruptura, tendem a analisar os sindicatos com base no que ele chamam de “velho” e “novo” sindicalismo desenvolvido antes e depois de 1964, buscando apontar este “novo” sindicalismo como algo que se desenvolveu por

meio de práticas mais reivindicativas, buscando romper com relações paternalistas com o Estado, passando a questionar a ordem existente então - Regime militar.

Há uma outra perspectiva que procura dar ênfase aos elementos que se mantiveram presentes no movimento sindical, como a questão do corporativismo de Estado, a base sindical firmada no território em que atua, impedindo que outros sindicatos paralelos de um mesmo ramo surja paralelamente, como afirma Boito Jr.:

*Esse corporativismo segmenta as classes trabalhadoras em categorias profissionais legalmente definidas, representadas por um sindicato único oficial com poder de tributação delegado pelo Estado, e disciplina e controla a negociação coletiva dos sindicatos (também oficiais e únicos) do patronato. [...] A expressão corporativismo de Estado indica dois aspectos distintos desse tipo de organização e prática sindical. De um lado designa um “egoísmo de fração” (Gramsci) em que cada categoria legalmente constituída tende ao isolamento na defesa de seus interesses específicos. De outro designa o fato de que o conjunto do sistema é legalmente regulamentado e tutelado pelo Estado, bem como a ilusão de representação que parece existir em cada categoria profissional, que se imagina representada no Estado por meio de seu sindicato oficial (BOITO JR., 1994, p. 26)*

Uma outra produção deve ser considerada, a que aborda a questão do “novo” sindicalismo como tendo sido uma espécie de “construção de uma ideia”, desenvolvida inicialmente por Francisco Weffort, que teria passado a denominar de “novo” sindicalismo, o sindicalismo que passou a questionar os governos militares, faziam greves e protestos. Para eles (SANTANA, 1999; SANTOS, 2011), é como se tivesse ocorrido uma construção de uma ideia de que o que se praticava era um “novo” sindicalismo, tanto que os próprios sindicalistas teriam passado a se autodenominar desta maneira, desqualificando os velho à medida em que supervalorizavam os “novos”, ou seja, eles próprios.

De todo modo, essa tentativa de impor uma divisão também ocorre no sindicato investigado quando um dos entrevistados chega a considerar que “a partir de 2001, quando um grupo de oposição cutista, ganhou as eleições sindicais, esta aliança [de clientelismo com a prefeitura], foi rompida e o sindicato passa a assumir uma postura de independência e de oposição propositiva e de cobrança das políticas públicas para o campo”.

Com o grupo de cutista no poder da associação sindical é que as relações com o PT se iniciaram e se tornaram cada vez mais próximas, o recorte temporal que se faz para esta pesquisa diz respeito aos anos em que parte dos integrantes da diretoria

assumiu posturas mais ativas em campanhas a favor de candidatos do PT ou coligados a este partido.

Quanto a partido político são válidas as considerações de Weber *apud* Lima (2004) que afirma que a definição de partido político se dá pelo entendimento de que este se caracteriza, “como uma organização de livre associação objetivando mediante o pleito eleitoral, conquistar o poder do Estado” (p. XXI), o autor considera ainda que:

Em sua estrutura, todos os partidos vão passando no decorrer dessas últimas décadas, paralelamente à racionalização crescente da técnica das campanhas eleitorais para a organização burocrática. Os graus de desenvolvimentos que os diversos partidos alcançaram neste caminho são diferentes, mas a tendência geral é unívoca, pelo menos nos Estados de massa. (WEBER, 2000, p. 547 *apud* LIMA, 2004)

### **3. A sociologia relacional: quando atores sociais se relacionam**

É Norbert Elias (1994) quem fala sobre o processo de desenvolvimento das abordagens ou métodos investigativos na sociologia. Para o autor, a sociologia ultrapassou meios analíticos que seguiam entre duas possibilidades, focadas ou no indivíduo ou numa abstração denominada sociedade.

O autor alemão tem, a partir dessas críticas, o objetivo de fundamentar uma outra possibilidade investigativa em que indivíduo e sociedade figurem juntas e não de maneira separada ou dicotômica, como nas abordagens que se desenvolviam até então. De maneira mais específica ele está se referindo à perspectiva individualista weberiana (micro) e do holismo dukheimiano (macro). Pode-se dizer que a Elias, assim como Pierre Bourdieu, pretende uma sociologia intermediária, focada nas relações dos indivíduos que conjuntamente formam uma sociedade, a sociedade para Elias (2005) se estabeleceria e se representaria a partir dos vínculos, da interdependência, de uma extensa rede ou teia de contatos entres os mais diversos indivíduos. Assim nos fala o autor:

*“[...] estas concepções tradicionais serão substituídas por uma visão mais realista das pessoas que, através das suas disposições e inclinações básicas serão orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados.”.* (Elias, 2005, p. 15)

Nesta pesquisa, o sindicato é analisado metaforicamente como se o mesmo fosse uma rede, em função do conjunto de relações, vínculos que se desenvolveram e se acumularam ao longo de todo um processo social, das relações entre os atores que lhes possibilitam manterem-se próximos ainda que distantes fisicamente. Este vínculo se alastra por sobre outras instituições, já que os sindicalistas em questão também pertencem ao Partido dos Trabalhadores na condição de filiados. Deste modo, conseguiremos uma visão sobre o sindicalismo a partir dos vínculos – da rede – o que não significa dizer que o caráter hierárquico e vertical do sindicalismo, em especial do brasileiro, seja negado. O objetivo, repete-se, é o de estabelecer possíveis hipóteses para a aproximação sindicato-partido e a sociologia relacional, enfoque que nos será bastante útil.

Elias e sua análise da sociedade tem por base as teias de interdependência entre as pessoas e o que as leva a se configurar nas mais diversas instituições. O autor parte da ideia de que todos dependem uns dos outros. Traz assim um debate sobre a vida em e observa serem, os humanos, seres que estão eminentemente em convívio com os seus semelhantes e que este mesmo convívio e o próprio desenvolvimento da humanidade se deram e se dão a partir de constante ajuda e interdependência que temos um do outro.

Mas, segundo Marques (2007) a sociologia relacional com seu enfoque nos vínculos entre os atores toma corpo a partir da década de setenta, com programas de pesquisas que procuravam ressaltar e representar os vínculos, inclusive por meio de gráficos como na chamada Análise de Redes Sociais, onde a ideia central era de que as relações sociais, e não os atributos, é que seriam a unidade básica da sociedade. Hoje esse quadro mudou, e ambos são analisados conjuntamente.

Um exemplo dessa mudança se desenvolve por meio do conceito de homofilia, a ideia de que semelhantes tendem a se relacionar e formar vínculos, ou seja, aqui tantos os atributos, as características são importantes como as relações propriamente ditas. Quer-se demonstrar com isso que a rede dos vínculos entre os indivíduos pode ser influenciada pelos atributos empregados aos indivíduos, ao mesmo tempo em que estes mesmos atributos podem ser influenciados pelas relações desenvolvidas entre os atores sociais. Deste modo, o fato de um ator se relacionar mais com outro em detrimento de tantos, pode ser tanto explicado pelo fato de que ambos possuem atributos/características semelhantes, como pelo fato de que os atributos é que os

colocam em posição de relacionamento, fazendo com que ambos “afastem-se” de outros atores.

Nesta pesquisa, o conceito de homofilia parece nos ajudar a compreender um pouco sobre o padrão de relacionamento entre sindicato e partido político. Já que os sindicalistas investigados são filiados ao PT, o que faz deles atores de “militância múltipla”, já que transitam entre instituições distintas, num verdadeiro *continuum* de interpenetração institucional como afirmam Silva e Oliveira (2011):

*A interpenetração se expressa claramente naquilo que Mische (1997; 2008) denominou “militância múltipla”, que caracterizaria a atuação de parcela significativa dos ativistas políticos no Brasil (especialmente, mas não exclusivamente, aqueles situados à esquerda do espectro político). Segundo a autora, na medida em que se inserem e desenvolvem seu ativismo em diversas organizações sociais e, também, partidos políticos, esses militantes criam conexões e sobreposições entre essas esferas de ação, levando, em certos casos, a uma relativa diluição de suas fronteiras. (Silva & Oliveira, 2011, p. 96).*

O que se observa disso é a existência de um livre trânsito entre atores sociais distintos pertencentes a instituições diferentes, o que Muller, Schneider e Silva *apud* Oliveira bem classificam como permeabilidade, onde as instituições são vistas, não de maneira fechada em si, mas como algo poroso, que “aceita” influências externas:

*Por permeabilidade entende-se que as esferas estatais e não-estatais não se constituem de maneira autorreferente, sem vínculos com os atores, processos e elementos de outras esferas. Ao contrário permeabilidade pressupõe que as “fronteiras” entre estas esferas são em maior ou menos grau, diluídas por vínculos entre atores com distintas inserções institucionais, gerando um processo recíproco e contínuo de influências e dependências. (Muller; Schneider; Silva, 2007, p. 10 *apud* Oliveira, 2011, pág 57)*

Pode-se afirmar, com base em Oliveira (2011), que o trânsito institucional seria um dos padrões dessa permeabilidade que se desenvolveria em razão do conjunto dos vínculos entre os atores “instalados” nos mais diversos meios institucionais e contextos institucionais. E nesta pesquisa parece ser algo útil, uma vez que, a aproximação entre sindicato e partido político se dá pela múltipla militância de sindicalistas filiados a um partido político.

É válido ainda mencionar que estas categorias da sociologia relacional se desenvolveram no intuito de dar conta de toda uma gama de investigações que tinham como objetivo analisar os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade civil, investigados separadamente, sem qualquer relação entre ambos. A crítica dirigida a



estes trabalhos é a de que os mesmos se baseavam em visões essencialistas, onde enquanto o Estado e sociedade civil eram tradicionalmente definidos por seu caráter estático das análises que não atentam para o caráter das relações entre os diversos atores e ainda tendem a classificá-los previamente em razão de caráter (como por assim dizer, de maneira geral, de um lado o Estado visto como uma entidade corrupta e cooptadora e de outro lado a sociedade civil, ética e pura):

*Aspecto problemático nas abordagens “essencialistas” é a tendência a uma apreensão estática, não histórica, de seus “objetos” de análise (no caso, a sociedade civil). Neste ponto, novamente cabe retomar as elaborações teóricas de Norbert Elias e sua ênfase na necessidade de uma abordagem processual para analisar “objetos” que se apresentam empiricamente como constituídos por e constituintes de processos sociais que exigem uma análise diacrônica. Ou seja, somente através dessa perspectiva de análise torna-se possível apreender os processos que forjaram determinadas configurações sociopolíticas, a partir das quais pode-se compreender a sociedade civil, em um momento e em um lugar, na sua especificidade e complexidade. (SILVA, 2006, pag. 161)*

## 2.1 - Processo: compreendendo as mudanças sociais

É a partir de agora que se pode trazer à tona a ideia de uma sociologia processual desenvolvida por Elias. A ideia do autor é simples e ao mesmo tempo complexa: consiste em não atribuir caráter finalizado aos mais diversos aspectos da vida social, pois estão todos eles em um constante processo de modificação, se desenvolvendo a partir das relações desenvolvidas pelos indivíduos, que estão constantemente em meio à mudança. Deste modo, o autor consegue articular “o micro” das ações individuais e “o macro” das grandes mudanças que ocorrem na sociedade, afinal esta é composta por indivíduos. (ELIAS, 1994; Carneiro, 2005;

O processo é, por assim dizer, uma crítica às visões estáticas, reforça a ideia de mudança nas sociedades sendo ferramenta útil tanto para historiadores como para sociólogos, que podem analisar sociedades com base em preceitos diacrônicos em que cada instância temporal, seja vista por seus conjuntos de aspectos relacionais de devolvidos em cada instante do desenvolver dos processos culturais de cada povo. (LANDINI, 2005).

Pode-se afirmar ainda que as mudanças estão presentes em meio às mais diversas instituições porque envolvem as mudanças nos diferentes padrões de

relacionamentos entre os indivíduos. Na pesquisa realizada a ação política sindical se alterou consideravelmente ao longo do tempo. As demandas dos trabalhadores rurais parecem ter sido alteradas conforme (1) a conjuntura política do período em questão; (2) em função das próprias necessidades enfrentadas pelos trabalhadores rurais; (3) de acordo com o “tipo” de liderança(s) à frente do sindicato; (4) conforme novas necessidade vão se tornando mais urgentes que outras ou mesmo quando certos temas vão se desgastando, se tornando secundários. Como se observa nos relatos a seguir, de um dos entrevistados:

*Relatos [...], contam que nos primeiros anos de funcionamento do Sindicato, houve perseguição contra os membros do Sindicato, os professores do MEB (Movimento de Educação de Base) e outras lideranças, [...] sob a acusação de serem comunistas.*

*As principais lutas [no início] eram pela diminuição nos pagamentos do arrendamento pelo uso da terra, que era de meia (metade da produção era repassada para os donos da terra) quando a terra era destocada e possível ser tratada com o cultivador de tração animal ou de terça (30% da produção, repassada para o dono da terra) quando o trabalhador pegava a terra bruta e brocava, queimava, plantava, cultivava e colhia. Outro aspecto que o sindicato combatia, era o sistema de sujeição que os patrões tinham sobre os trabalhadores, com relação ao “fornecimento”, que era uma espécie de mercearia, que cada fazendeiro tinha, onde o trabalhador comprava o querosene, a rapadura, a farinha, o sabão, a cachaça, algum tipo de enlatado, instrumentos de trabalhos, vestimentas, rede, outros produtos que não era possível obter do roçado. Sendo que o trabalhador era obrigado a dar três ou quatro dias de serviço para a fazenda e o pagamento era feito com a mercadoria, que patrão anotava num caderno, ao bel prazer, de forma que ele nunca tinha nenhum saldo positivo. O que ele trabalhava, ou o que ele produzia, nunca era suficiente para pagar a conta do “fornecimento”. Isso significava que era impossível a emancipação ou a abolição do trabalhador, desta situação de semiescravidão.*

*Hoje, a busca pelo sindicato é mais uma conveniência, do ponto de vista de garantia dos direitos sociais (aposentadoria, pensão, salário maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão). Não há uma adesão ao sindicato, numa perspectiva de fortalecimento da entidade, na busca da transformação social ou da luta de classes.*

Observa-se, a partir do relatos acima, os padrões de mudança nas demandas dos sindicatos analisados. É óbvio que se pode criar uma série de questionamentos aos dados fornecidos, afinal, em cada discurso (relato oral) é possível encontrar os interesses de quem discursa, e os discursos são, todos eles, dotados de intenções. Seria possível ainda corroborar ou contrapor as informações dadas pelo entrevistado com fontes mais oficiais (mas isso não seria possível, pela ausência dessas mesmas fontes).

Ou ainda, a partir de tudo isso, seria possível avaliar o status de verdade das informações, mas como diria Foucault (1979) “cada sociedade tem seu regime de verdade, [...] tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro” (pág. 12). Além disso a questão das origens do sindicato traz consigo outra questão foucaultina de crítica à pretensa construção histórica das origens como se os fatos se desenrolassem como que por uma sequência uniforme, racional e intencional. Com isso, se quer afirmar que os relatos aqui empregado são tomados como elementos que tornam emblemático o que está sendo afirmado sobre o sindicato e os sindicalista. É assim que se continuará procedendo.

## 2.2 – Campo e capitais: para entender as relações no âmbito político

Pierre Bourdieu procurou desenvolver uma pesquisa sociológica voltada para a correlação entre indivíduo e sociedade, semelhante ao projeto eliasiano, mas, a partir de seus próprios meios, influenciado pela produção anteriormente existente. Óbvio, o autor procurou desenvolver-se. O sociólogo francês se dedicou a pesquisas com base principalmente em elementos como: capital, campo e *habitus*. Veremos como este autor define cada um desses termos e como tais elementos poderão ser aplicados ao estudo que aqui se pretende. Em razão do profundo debate que cada um desses elementos representa, todos serão analisados genérica e resumidamente.

Primeiramente, há que se considerar que Bourdieu concebe um mundo social a partir de um espaço social, no qual diversos campos e suas propriedades, os capitais, fazem parte, juntamente com indivíduos dotados de valores, visões de mundo e com capacidade para agir.

Aliás em se tratando de indivíduo, estes tenderiam a internalizar certas práticas, forma de enxergar e significar o mundo, formando o que ele chama de *habitus* – uma espécie de (pré-)disposição para certas práticas, comportamentos que seriam internalizados ao longo de toda a trajetória dos indivíduos e que mudam conforme o campo ao qual o indivíduo faça parte.

O campo se constituiria num “estado de relação de forças entres os agentes ou as instituições que intervêm na luta ou, se vocês preferem, da distribuição de capital específico que tem sido acumulado ao longo de lutas anteriores e que orienta as estratégias ulteriores.” (BOURDIEU, 2002, p. 120. Livre tradução). E, para o caso

específico do campo político este autor o considera como um espaço eminente de lutas e disputas, que envolvem entre outras coisas legitimidades:

*O campo político é lugar em que se geram na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.* (BOURDIEU, 2012, p. 164).

Os capitais, presentes nos campo, seriam segundo Bourdieu, distribuídos desigualmente entres os individuo, fato que os torna diferentes, distintos. Os capitais seriam espécies de recursos ou bens materiais ou não, que os indivíduos adquirem ao longo de toda uma trajetória tendo “validade”, principalmente, dentro do campo no qual estão presentes. Neste sentido, o capital político deve ser entendido como “certo tipo de crédito, baseado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os poderes que lhes reconhecem”. (BOURDEU, 2012, pp. 187 e 188).

Outro tipo de capital nos é importante, o capital social, concebido pelos autos como “O conjunto de recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede *durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento [...]” (BOURDIEU, 1980, p. 2 – Livre tradução, grifos do autor), ou seja, pelo conjunto de redes de relacionamentos estabelecidos pelos indivíduos ao longo de certo tempo.

Deste apanhado de conceitos bourdieusianos, devemos atentar ao fato de que os sindicalistas analisados desenvolvem conjuntos de relações entre si, entre associados e entre políticos, acionam seu capital social e político no investimento que fazem ao apoiar candidaturas para as quais acham convenientes. A legitimidade e/ou influencia que possuem em meio aos associados, no campo ao qual pertencem, os possibilita mobilizar votos para candidatos.

Antes, deve-se considerar que não se nega a dimensão econômica passível de se atribuir ao sindicato, ou seja, capacidade de influência nos salários, na oferta de vagas, etc. mas o foco aqui está vinculado à sua dimensão política, uma vez que se investiga as relações que os atores que deles fazem parte com candidatos a cargos eletivos.

#### 4. A participação na política partidária por parte de sindicalistas

Para esta pesquisa, no intuito de analisar a relação entre sindicalistas e candidatos a cargos eletivos, foram entrevistado dois sindicalistas e um ex-militante do PT, no intuito de se analisar o modo como estes explicam a relação de proximidade entre o PT e o sindicato de trabalhadores e trabalhadores rurais investigado.

Há que se considerar que para um dos sindicalistas entrevistados, a relação com políticos é exposto na possibilidade de se encontrar algum “interlocutor”, alguém que possa atuar em favor deles, de lhes beneficiar com algumas políticas ou programa governamentais de ordem material ou imaterial. Deste modo, procurou-se investigar de que modo esse “interlocutor” é útil, é importante, enfim, o que há em troca, por parte do político, já que recebera, não só o apoio como os votos.

Num primeiro momento, a resposta do entrevistado é a de que eles são importantes, viabilizam projetos. A insistência na pergunta faz com que o entrevistado repense suas afirmações, como se percebe no trecho a seguir:

**Entrevistador:** [...] mas em relação a outros apoios, que você podem ter dado a outro político, vocês sentem algum retorno?

**Entrevistado** – Não, não.

[...]

**Entrevistador** – Só voltando Àquela questão que a gente *tava* sobre esses interlocutores que vocês têm. É válido investir nesses interlocutores, nesses políticos?

**Entrevistado** – Rapaz, não.

**Entrevistador** – Tem sido válido?

**Entrevistado** – Não, porque como eu te disse. As pessoas conseguem as políticas, a pessoa individualmente consegue, que dirá a entidade. É importante ter um vereador, um deputado? É! É importante pra gente ter mais força, pra conseguir uma audiência com o governador e é um parlamento, é importante ter um deputado pra propor leis e as políticas públicas. É um instrumento que a gente nunca, num vou dizer abrir mão deles, mas [...] *o sindicato acho que nunca precisou desse povo assim, né? o sindicato hoje consegue caminhar com suas próprias pernas...*

Deste trecho temos o reconhecimento, por parte de um dos entrevistados de que não há nenhum retorno para os trabalhadores ter um sindicalista. A partir daí ele tenta justificar a falta de retorno. Afirma que alguns deputados fazem certo tipo de oposição ao governador o que torna inviável a conquista de programa. Em outro momento ele afirma que a dificuldade está relacionada ao fato de que a atuação do parlamentar não se vincula à área rural ou ainda que o político eleito tende a “orientar” programas e

projetos para os lugares onde recebera mais votos. Por todos esses motivos a “interlocução” não estaria ocorrendo.

Por fim, no intuito de justificar os apoios dados, que após insistentes perguntas relacionadas aos possíveis benefícios que conseguiriam em troca de votos dados a certos candidatos, o entrevistado justifica que os apoios se dão por questões de afinidade, pela proximidade com o PT, que eles desenvolvem, até mesmo pelo fato de que eles estão filiados ao PT. Aqui se tem, aparentemente, um fato que se assemelha à ideia de homofilia, desenvolvida acima.

Outro relato foi procurado para contrapor ao do sindicalista. Trata-se de um ex-militante que fizera campanha para candidatos petistas juntamente com pessoas bastante ligadas ao sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais em questão. Em seu discurso o apoio dados às candidaturas se daria pela não distinção entre PT e sindicato, aliado ao fato de que os próprios políticos remunerariam estes mesmos sindicalistas para reforçar suas campanhas eleitorais nos distritos das pequenas cidades interioranas, em função do capital social e político que possuem.

A mobilização de votos, que se dariam em processos eleitorais, principalmente para cargos de deputados federal e estadual, além de prefeito e vereador e que aqui se faz um recorte temporal que vai de 2008 a 2012, se dariam ainda em função de relações que envolvem certo grau de assistencialismo no âmbito das relações internas ao sindicato, onde favores são lembrados no momento em que se pede votos, bem como são evocadas expressões como “o/a candidato/a do sindicato”, quando se está em reunião sindical, e não eleitoral.

Aqui apenas se dedica a fornecer informações obtidas em campo, não nos cabe o julgamento a respeito de que é o detentor da verdade, nessa relação. Ambos os atores, a partir de suas experiências pessoais, deram vazão e significado ao que pensam sobre a relação entre um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Aracoiaba e o PT deste município. Não seria exagero considerar que enquanto atores que participam de tramas relacionais diversas, inclusive dentro do campo político, seus discursos disputam legitimação em torno de quem deteria a pretensa verdade na explicação sobre a relação sindicato-partido.

## **Considerações finais**

A relação entre sindicatos e partidos políticos não acabará nem se concluirá aqui. Ela continua a se desenvolver por meio de diversos processos decorrentes do conjunto das relações entre os mais diversos atores sociais. Os processos históricos contribuem para que cada período tomem formas diferentes.

Sindicatos e partidos foram analisados não como instâncias separadas, mas antes fluidas, porosas, que podem se influenciar, exatamente pela questão da militância múltipla que aqueles que deles fazem parte podem se envolver, proporcionando e facilitando o trânsito entre os atores de diferentes instituições permeáveis.

Viu-se como ao longo de todo um processo social o sindicato analisado modificou suas demandas e como os mesmos fazem hoje, seu jogo político, por meios de apoio a candidaturas. Foram analisadas ainda as possíveis hipóteses explicativas para esta relação de proximidades, com base nos próprios relatos dos entrevistados. Estes mesmos relatos podem ainda ser considerado como parte integrante do campo ao qual pertencem, o político, e disputam legitimidade dentro deste campo em torno da pretensa ‘verdadeira explicação’ que justifique a relação partido-sindicato.

Mas, sociologicamente poderíamos elencar alguns pontos que nos norteariam e ampliariam horizontes sobre esta relação. Como a formação inicial do PT (origem sindical) (Krischke,2006), o fato de ser um partido que sempre desenvolveu atividade juntamente com sindicatos, centrais, sobretudo, a Central Única dos Trabalhadores - CUT (LIMA, 2004), a composição social dos integrantes deste partido, com uma importante porção de assalariados e sindicalistas (RODRIGUES, 2002; D’Araújo, 2009); o fato de que existem tendências internas da CUT que de algum modo se ligam mais ao PT, são elementos que de algum modo podem contribuir para pensarmos algumas das muitas razões pelas quais partidos políticos e instituições sindicais se relacionam.

Outros muitos motivos poderão servir de razões explicativas, e se faz necessário se abrir às muitas possibilidades capazes de explicar esta relação, e que não foram trazidas aqui. Nestas horas faz-se necessário concordar com Weber (1992) e considerar mais que necessária, oportuna, toda nova possibilidade explicativa, sem que haja uma verdade última das coisas, uma causa única que leve a certos acontecimentos, se opondo a monocausalidades. Como para o autor a realidade constitui-se em algo infinito diante

de um pesquisador finito, este são apenas alguns pontos da “realidade”, que conseguiu alcançar. Que venham novas explicações.

### Referências Bibliográficas

BOITO Jr., Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a trajetória política do novo sindicalismo brasileiro. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 08, Nº 03, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Vol. 31, Nº 01, 1980. p. 2-3.

\_\_\_\_\_. *Campo de poder, campo intelectual: itinerario de um concepto*. Buenos Aires: Montessor, 2002.

\_\_\_\_\_. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Interacionismo e Interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para uma História Social. In: I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Juiz de Fora, 2005. *Anais do I Colóquio do LAHES*, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, pp. 196-206.

\_\_\_\_\_. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

KRISCHKE, Paulo J. O Sindicalismo e a Trajetória do PT. In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. N. 85: Florianópolis, 2006.

LANDINI, Tatiana Savoia. A sociologia processual de Norbert Elias. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, Ponta Grossa (PR), 2005. *Anais do IX Simpósio Interacional Processo Civilizador*, 2005.

LIMA, Cristiane Leyendecker de. *A Relação Sindicato/Partido: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2004.



MARQUES, Eduardo Cesar. Os mecanismos relacionais. In: *RBCS*, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

OLIVEIRA, Gerson de Lima. *Permeabilidade e Trânsito Institucional: A Relação entre Sociedade Civil e Estado a Partir das Trajetórias de Militantes-Gestores na Políticas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul – Os Casos de Porto Alegre (1996) e do Governo Estadual (1999-2002)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. *RBCS*, vol. 17, n. 48, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimentos sindical brasileiro. In: *RBCS*, vol. 14, nº 41, 1999.

SANTOS, Raphaela de Almeida. A CUT, o “Novo Sindicalismo” e as Reconstruções da Memória do Movimento Operário Brasileiro. *Espaço Plural*, n. 24, 2011.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006, p. 156-179.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A Face Oculta(da) dos Movimentos Sociais: trânsito institucional e inserção do Estado-Movimento – uma análise do movimentos de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: *Sociologias*, n. 28, 2011.

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: *Metodologia das Ciências Sociais, parte 01: Cortez, Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.*